

**A.I. Nº** - 1526053004/16-8  
**AUTUADO** - RESTAURANTE E LANCHONETE ÁGUIA LTDA. - EPP  
**AUTUANTE** - AILTON DE OLIVEIRA SANTOS  
**ORIGEM** - INFAZ CRUZ DAS ALMAS  
**PUBLICAÇÃO** - INTENRET 28.12.2016

### **3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF Nº 0233-02/16**

**EMENTA:** ICMS. SIMPLES NACIONAL. **a)** RECOLHIMENTO A MENOS DE ICMS REFERENTES AO REGIME ESPECIAL UNIFICADO DE ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES DEVIDOS PELAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE. Infração reconhecida. **b)** CONTA “CAIXA”. SALDO CREDOR. PRESUNÇÃO LEGAL DE OMISSÃO DE OPERAÇÕES DE SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Tal constatação indica que o sujeito passivo efetuou o pagamento com recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. O autuado comprova que foi incluído indevidamente duplicatas referente a nota fiscal cujas mercadorias foram objeto de devolução. Fato reconhecido pelo autuante na Informação Fiscal. Infração parcialmente procedente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração em lide, lavrado em 30/06/2016, formaliza a exigência de crédito tributário no valor de R\$34.337,94, em decorrência do cometimento das seguintes infrações à legislação do ICMS.

Infração 01 - 17.02.01- Efetuou recolhimento a menor do ICMS declarado referente ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, devido a erro na informação da receita e/ou alíquota aplicada a menor referentes aos meses de abril/2012 a dezembro de 2015, sendo exigido ICMS no valor de R\$4.368,16 acrescido da multa de 75%. Consta ainda a seguinte informação:

Infração 02 - 17.03.07- Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS em razão de saídas de mercadorias sem emissão de documentos fiscais e escrituração na contabilidade, presumida pela constatação de suprimimento de caixa sem a comprovação da origem do numerário, demonstrado pela existência de saldo credor na conta caixa, nos meses de março/2012 a novembro de 2015, no valor de R\$29.969,78, acrescido da multa de 150%.

O autuado apresenta defesa (fls. 27 a 29) reconhecendo integralmente o débito relativo a infração 01 e informa que requereu parcelamento do débito inclusive recolhendo a primeira parcela em 08/08/2016, com o benefício de redução da multa previsto na legislação vigente, conforme Extrato de Parcelamento e DAE anexos.

Em relação a infração 02 impugna as parcelas relativos às datas de ocorrência de 30/06/2015; 31/08/2015 e 30/09/2015 (parte), conforme requerimento apresentado no ato do pedido de parcelamento em 08/08/2015, reconhecendo parte do débito e requerendo a exclusão/redução dos valores ali questionados.

Esclarece no demonstrativo de caixa que apurou omissão de saídas foram considerados os pagamentos das duplicatas relativas à NFe 37530, de 19/01/2015, da empresa ENGEFOOD EQUIPAMENTOS E REPRESENTAÇÕES (cópia anexa), cuja compra foi cancelada por desistência da

Autuada e cujos pagamentos das duplicatas de jan/2015 a set/2015 não foram efetuados, conforme NFe de devolução 48156, da referida empresa (cópia anexa).

Diante dessas alterações de pagamentos não efetuados e considerados pelo Autuante, até porque não tinha conhecimento do ocorrido, o demonstrativo A – MOVIMENTO MENSAL DE CAIXA, dos meses que envolvem os supracitados pagamentos, passam a ter os resultados demonstrados na planilha que apresentou, nos mesmos moldes do elaborada pelo Autuante.

Conclui que as datas de ocorrências de 30/06/2015 e 31/08/2015, passaram a apresentar saldos devedores, portanto, não existiu fato gerador do imposto, e a data de ocorrência 30/09/2015, passou a ter um saldo credor de R\$32.954,85 e não R\$88.391,55, gerando imposto no valor de R\$935,92 e não R\$2.510,32.

Pede a Procedência Parcial do Auto de Infração e homologação do valor reconhecido e parcelado.

O autuante ao prestar a informação fiscal às fls. 118/119 diz que contribuinte reconhece parcialmente o débito levantado, pelo que requereu parcelamento do débito reconhecido e recolheu a primeira parcela em 08/08/2016, com o benefício de redução da multa previsto na legislação vigente. Impugna os valores levantados na Infração 02 – 17.03.07, relativos às datas de ocorrência 30/06/2015, 31.08.2015 e 30/09/2015 (Parte), conforme requerimento apresentado no ato do pedido de parcelamento em 08/08/2016. Impugna os valores levantados na Infração 02 – 17.03.07, relativos às datas de ocorrência 30/06/2015, 31.08.2015 e 30/09/2015 (Parte), conforme requerimento apresentado no ato do pedido de parcelamento em 08/08/2016.

Diz que a defesa questionou o demonstrativo de caixa afirmando que foram considerados os pagamentos das duplicatas relativas à NF-e 37530, de 19/01/2015, da empresa ENGEFOOD EQUIPAMENTOS E REPRESENTAÇÕES, cuja compra foi cancelada por desistência da Autuada e cujos pagamentos das duplicatas de jan/2015 a set/2015 não foram efetuados, conforme NF-e de devolução 48156, da referida empresa.

Após, informa que diante das provas trazidas procedeu os estornos dos valores atinentes às duplicatas apropriadas no Exercício de 2015, ordenadas na NF-e nº 37.730, data da emissão 19/01/2015, natureza de operação venda entrega futura e desonerada pela NF-e nº 48.156, data de emissão 06/06/2016, natureza da operação devolução de venda.

Conclui que retificado o demonstrativo A- Movimento Mensal de Caixa, verifica-se:

1. Saldo credor no valor de R\$32.954,85 (trinta e dois mil, novecentos e cinquenta e quatro reais, oitenta e cinco centavos) na data de ocorrência 30/09/2015, a autuada mensurou o imposto a pagar no valor de R\$935,92 (novecentos e trinta e cinco reais, noventa e dois centavos), porém, o índice de proporcionalidade do Simples Nacional, obtido tomando por base os valores de receitas de vendas declaradas no PGDAS/PGDAS-D para determinar a receita omitida tributária é de 67,13%, sendo apurada a receita tributária omitida no valor de R\$22.122,59 (vinte e dois mil cento e vinte e dois reais, cinquenta e nove centavos), ICMS a pagar R\$623,86 (seiscentos e vinte e três reais, oitenta e seis centavos).
2. Permanência do valor da Infração 01 - 17.02.01 valor total (valor histórico) R\$4.368,16 (Quatro mil trezentos e sessenta e oito reais, dezesseis centavos).
3. Alteração do valor do débito da Infração 02 – 17.03.07 valor total (valor histórico) para: R\$23.370,79 (vinte e três mil, trezentos e setenta reais, setenta e nove centavos), conforme demonstrativo abaixo, desta forma, o valor total (valor histórico) do PAF será R\$ 27.738,95 (vinte e sete mil setecentos e trinta e oito reais, noventa e cinco centavos).

Opina pela Procedência Parcial do Auto de Infração conforme demonstrativo de débito que elaborou.

## VOTO

No Auto de Infração em epígrafe, o autuado foi acusado de, na condição de inscrito no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional, ter recolhido a menor o ICMS declarado, devido a erro na informação da receita e/ou alíquota a menor (infração 01) e presunção de omissões de saídas tributadas apuradas através de saldo credor de caixa (infração 02).

Na apresentação da defesa o autuado reconheceu integralmente a infração 01. Dessa forma, em razão de inexistir lide nesse lançamento, a infração subsiste em sua totalidade.

Quanto a infração 02, o sujeito passivo questiona os valores relativos às ocorrências de 30/06/2015; 31/08/2015 e 30/09/2015 (parte), sob o argumento de que o demonstrativo elaborado pela fiscalização considerou os pagamentos das duplicatas relativas à NFe 37530, de 19/01/2015, da empresa ENGEFOOD EQUIPAMENTOS E REPRESENTAÇÕES, cuja compra foi cancelada por desistência da Autuada e consequentemente os pagamentos relativos aos meses de janeiro a setembro de 2015 não foram efetuados. Afirma que a devolução foi efetuada através da nota fiscal eletrônica nº 48156 emitida pela referida empresa, conforme cópia do referido documento que anexou ao PAF.

Apresenta demonstrativo Mensal de Caixa considerando as retificações apontadas, e neste caso, nada tem a recolher nas datas de ocorrências de 30/06/2015 e 31/08/2015, pois foram apurados saldos devedores. Em relação à data de ocorrência de 30/09/2015, afirma que foi apurado um saldo credor de R\$32.954,85, gerando imposto a recolher no valor de R\$935,92.

Na Informação Fiscal o autuante acata o argumento defensivo e procedeu ao estorno dos valores relativos às duplicatas apropriadas no exercício de 2015 referentes à nota fiscal eletrônica nº 37.730, emitida em 19/01/2015, tendo em vista que ficou comprovada a devolução das mercadorias através da nota fiscal nº 48.156 de 06/06/2016.

Esclarece que no mês de setembro foi apurado saldo credor de R\$ 32.954,85 e o contribuinte ao calcular o imposto devido de R\$935,92 não aplicou o índice de proporcionalidade de 67,13%, obtido através dos valores de receita de vendas declaradas no PGDA/PGDAS. Informa que aplicando o percentual de 67,13%, sobre o saldo credor apurado naquele mês a receita omitida é de R\$22.122,59 e ICMS a pagar de R\$ 623,86. Apresenta demonstrativo retificando os valores dos meses de junho e agosto/2015 para zero, e setembro/2015 para R\$623,86 e altera o valor desta infração para R\$ 23.370,79.

O saldo credor de caixa ocorre quando são contabilizados pagamentos sem a existência de suporte financeiro, resultando no conhecido “estouro de caixa”. Como se sabe, a conta Caixa deve normalmente ter saldo devedor. A apresentação de saldo credor surge como uma disfunção, restando evidente que a empresa efetuou pagamentos com recursos não contabilizados. Nessa situação, a legislação do ICMS presume que tais recursos são decorrentes de operações de comercialização (vendas) anteriormente realizadas e também não contabilizadas, cabendo ao contribuinte a prova da improcedência da presunção, conforme determina o artigo 4º, § 4º, da Lei nº 7.014/96.

Considerando que o próprio fiscal autuante atesta que foram considerados, indevidamente, na auditoria de caixa, exercício de 2015, pagamentos relativos à nota fiscal de nº 37.730 que comprovadamente foi objeto de desfazimento da operação, acato as retificações por ele promovidas, inclusive a aplicação da proporcionalidade, tendo em vista que a empresa comercializa tanto com mercadorias sujeitas à substituição tributária quanto mercadorias com tributação normal. Assim, ficam excluídas as parcelas relativas aos meses de junho e agosto/2015 uma vez que naqueles meses não foi apurado saldo credor de caixa, e alterado o valor de setembro de 2015 de R\$2.510,32 para R\$623,86, conforme demonstrativo de fl.44.

Dessa forma, mantendo para os demais meses os valores originalmente apurados o valor da infração 02 passa de R\$29.969,78 para R\$23.370,79, corrigido, entretanto, o percentual da multa aplicada para 75%.

Ante ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, no valor de R\$27.734,53.

### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **1526053004/16-8** lavrado contra **RESTAURANTE E LANCHONETE AGUIA LTDA.-EPP** devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$27.734,53**, acrescido da multa de 75% prevista no art. 35 da Lei Complementar nº 123/06, art. 44, I da Lei Federal nº 9.430/96 de 27/12/96 com redação dada Lei nº 11488 de 15/06/07, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado os valores efetivamente recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de dezembro de 2016.

JOSÉ CARLOS BACELAR - PRESIDENTE

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ – RELATORA

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR